

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.587 - PR (2019/0294106-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : ALESSA MARIA CAVALI ROYER**  
**ADVOGADO : ALESSA MARIA CAVALI ROYER - PR075794**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : JOAO BONFIM DA SILVA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.*

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOÃO BONFIM DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Paraná.

Narra a Impetrante que o Paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 200 (duzentos) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006. O recurso de apelação teria sido denegado e determinado a imediata execução da pena.

Neste *writ*, a Defesa sustenta "*nulidade absoluta no presente feito, em razão da ausência de intimação pessoal do acusado para audiência de instrução e julgamento, na qual foi decretada sua revelia, em flagrante ofensa aos princípios constitucionais do devido processo legal contraditório e ampla defesa*" (fl. 2).

Requer, ainda, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão até a apreciação do recurso especial. No mérito, que seja decretada a nulidade de todos os atos após a audiência de instrução e julgamento.

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, em face da instrução deficitária do *writ*. A Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais que comprovem o alegado na inicial – **a petição inicial veio desacompanhada de qualquer documento** –, o que obsta a apreciação do

# Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora